



Interpelação Escrita

O futuro planeamento das habitações públicas de Macau

Há dias, decorreu o sorteio electrónico de 1900 fracções públicas de várias tipologias. Alguns concorrentes ficaram contentes com os resultados e outros não. Contudo, este sorteio levantou novamente um conjunto de problemas relacionados com a disponibilização das habitações públicas e também foram levantadas questões sobre as futuras políticas de habitação pública, nomeadamente, como é que o Governo da RAEM vai cumprir a promessa política de “habitação para todos, bem-estar para todos”, à qual a população dá muita importância.

Em 2013, o concurso para as habitações económicas do Edifício “Ip Heng”, nomeadamente, para as tipologias T1, quando foi aberto, registou 10 vezes mais concorrentes do que as habitações disponíveis. Posteriormente, foi aberto concurso para várias tipologias, disponibilizando 1900 fracções, e o número de concorrentes excedeu 20 vezes o número destas. Isto reflecte a subida em flecha do valor das habitações no sector privado nos últimos anos, sendo um valor incompatível com os rendimentos da população, assim como o Governo não disponibilizou informações acerca dos planos de construção de habitação económica após as 19 000 mil fracções já prometidas (6300 fracções em reserva, tendo depois referido que apenas existem cerca de 5600



fracções). Esta discrepância entre fracções disponíveis e concorrentes deve-se ao facto de a população não ter confiança nas políticas de habitação pública do Governo. Actualmente, a economia está a arrefecer, contudo o preço das habitações no sector privado continua longe das capacidades dos residentes, pelo que estes continuam à espera que o Governo possa resolver os seus problemas de habitação.

Em 2010, o Governo implementou a consulta pública para as “Estratégias de Desenvolvimento de Habitação Pública (2010 a 2020)”, contudo, após as consultas efectuadas em 2012, ainda não temos uma versão final, e isso afecta as políticas gerais de habitação pública de Macau porque existe sempre uma relação entre as habitações públicas e privadas. De acordo com os dados disponibilizados pela referida consulta pública, o rácio entre estes dois tipos de habitação era de cerca de 8 privadas para 2 públicas e, entre as habitações económicas e sociais, o rácio era de cerca de 7,5 para 2,5, contudo estes números referem-se à época em que a população ainda conseguia adquirir uma casa no sector privado. Com o descontrolo da subida dos valores da habitação do sector privado nos últimos anos, o Governo da RAEM devia ter estipulado políticas de longo prazo que fossem ao encontro do anseio da população, que é conseguir ter uma casa. Assim, com vista a acalmar a população, o Governo deve ter planos de construção de habitação pública em número suficiente.

Por outro lado, os residentes já opinaram bastante sobre a actual legislação em vigor, nomeadamente, exigem que a lei seja revista totalmente,



com vista a resolver os problemas, tais como, os agregados familiares não nucleares ou pessoas individuais apenas “participam no concurso por participar”, pois não têm quaisquer hipóteses de conseguir uma casa; a forma de atribuição das habitações; e a questão das habitações económicas devolutas.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A sociedade é da opinião que se deve rever e alterar a actual Lei da Habitação Económica, e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública e o Secretário para os Transportes e Obras Públicas já chegaram a um consenso sobre esta matéria. Assim, quando é que os serviços competentes vão iniciar os trabalhos de revisão da referida lei?
2. O Governo referiu que está a dar início e a implementar gradualmente os trabalhos referente à consulta pública efectuada sobre as “Estratégias de Desenvolvimento de Habitação Pública”, e a analisar um novo tipo de habitação pública, com vista a redigir um relatório intermédio sobre estas estratégias¹. Os serviços competentes devem dar a conhecer claramente os planos de longo prazo para a construção de habitação pública e o

¹ Resposta do Instituto de Habitação à interpelação escrita:
http://www.al.gov.mo/interpelacao/05/2015/15-0886c_15-0487.pdf



número deste tipo de habitações a disponibilizar, assim como dar a conhecer o futuro rácio entre habitações públicas e privadas, com vista a acalmar os nossos residentes. Vão fazer isto tudo?

3. Actualmente, o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública apenas emite pareceres não vinculativos aos serviços competentes, sendo bastante diferente do Conselho para as políticas de habitação pública de longo prazo de Hong Kong, onde este emite pareceres, nomeadamente, sobre o número de habitações públicas a disponibilizar nos próximos 10 anos e define claramente o rácio entre habitações públicas e privadas em Hong Kong. Com vista a que a sociedade possa participar mais nos planos de habitação e aumentar a transparência governativa, os serviços competentes vão aprender com as experiências de Hong Kong?

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Wong Kit Cheng

9 de Outubro de 2015